

GUSTAVO BRIGAGÃO
JUSELDER CORDEIRO DA MATA
(ORGANIZADORES)

TEMAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

EM HOMENAGEM A
GILBERTO DE ULHÔA CANTO

VOLUME I



Belo Horizonte
2020

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia - Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina - Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Antônio Rodrigues de Freitas Junior	Kiwonghi Bizawu
Bernardo G. B. Nogueira	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Carlos Henrique Soares	Luiz Manoel Gomes Júnior
Claudia Rosane Roesler	Luiz Moreira
Clémerson Merlin Clève	Márcio Luís de Oliveira
David França Ribeiro de Carvalho	Maria de Fátima Freire Sá
Dhenis Cruz Madeira	Mário Lúcio Quintão Soares
Dirceô Torrecillas Ramos	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Edson Ricardo Saleme	Nelson Rosenvald
Eliane M. Octaviano Martins	Renato Caram
Emerson Garcia	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Rodolfo Viana Pereira
Floribal de Souza Del'Olmo	Rodrigo Almeida Magalhães
Frederico Barbosa Gomes	Rogério Filippetto de Oliveira
Gilberto Bercovici	Rubens Beçak
Gregório Assagra de Almeida	Sergio André Rocha
Gustavo Corgosinho	Sidney Guerra
Gustavo Silveira Siqueira	Vladmir Oliveira da Silveira
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Wagner Menezes
Janaína Rigo Santin	William Eduardo Freire
Jean Carlos Fernandes	

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2020.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho

Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva

Revisão: Responsabilidade do Autor

341.39
T278
2020
v.1

Temas de direito tributário: em homenagem a
Gilberto de Ulhôa Canto - v.1 / [Organizado por]
Gustavo Brigagão [e] Juselder Cordeiro da Mata.
Belo Horizonte: Arraes Editores, 2020.
928 p.

ISBN: 978-65-86138-96-2
ISBN: 978-65-86138-92-4 (E-book)
Vários autores.

1. Direito tributário. 2. Direito tributário - Brasil. 3. Tributos - Brasil. 4. Brasil - Código Tributário Nacional. I. Canto, Gilberto de Ulhôa. II. Brigagão, Gustavo (Org.). III. Mata, Juselder Cordeiro da (Org.). I. Título.

CDDir - 341.39
CDD (23.ed.) - 343.8104

Elaborada por: Fátima Falci
CRB/6-700

MATRIZ

Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 - Bairro Sion
Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000
Tel: (31) 3031-2330

FILIAL

Rua Senador Feijó, 154/cj 64 - Bairro Sé
São Paulo/SP - CEP 01006-000
Tel: (11) 3105-6370

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
2020

SUMÁRIO

CURRÍCULOS DOS AUTORES.....	XLVII
CAPÍTULO 1	
CONTENDA CONSTITUCIONAL RELATIVA À CONTRIBUIÇÃO AO FUNRURAL	
<i>Agostinbo Netto</i>	1
CAPÍTULO 2	
UNIFORMIZAÇÃO E SEGURANÇA JURÍDICA	
<i>Agostinbo Toffoli Tavoraro</i>	15
CAPÍTULO 3	
TRIBUNAIS SUPERIORES: IPTU, PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E DISTINÇÃO ENTRE BASE DE CÁLCULO E BASE CALCULADA; ITBI E O SEU CRITÉRIO TEMPORAL À LUZ DO ARTIGO 116 DO CTN	
<i>Alberto Macedo</i>	23
CAPÍTULO 4	
EL ACCESO A LOS CONVENIOS PARA EVITAR LA DOBLE IMPOSICIÓN. LOS OBJETIVOS EN LAS NUEVAS REGLAS OCDE Y LA INTEARACCIÓN CON LOS PRINCIPIOS DE LEGALIDAD Y SEGURIDAD JURÍDICA.	
<i>Alejandro E. Messineo</i>	43
CAPÍTULO 5	
A TEORIA DOS SISTEMAS, A RELEVÂNCIA DOS PRECEDENTES E UM CASO DE DIREITO TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL	
<i>Alessandra Okuma</i>	59

CAPÍTULO 6

O “SISTEMA S” E AS CONTRIBUIÇÕES AO SEBRAE,
APEX E ABDI: DO NECESSÁRIO DISTINGUISHING NOS
JULGAMENTOS EM REPERCUSSÃO GERAL

Alexandre Alkmim Teixeira / Paula Vasconcellos Jabour 71

CAPÍTULO 7

A NÃO INCIDÊNCIA DO ISS NA EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS
SOB A PERSPECTIVA DA JURISPRUDÊNCIA ATUAL DO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Alexandre Herlin 83

CAPÍTULO 8

A JURISPRUDÊNCIA DO STF E A DISCRIMINAÇÃO DO
ART. 11 DA LEI DO RERCT

Aloysio Meirelles de Miranda Filho / Bruno Murat / Julia Garjulli 95

CAPÍTULO 9

O CONCEITO DE RENDA E A JURISPRUDÊNCIA DO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ana Carolina Monguilod / Flávia Cavalcanti 109

CAPÍTULO 10

MORALIDADE TRIBUTÁRIA - A NOVA FRONTEIRA?

Ana Cláudia Akie Utumi 125

CAPÍTULO 11

O DEBATE SOBRE PREJUÍZO FISCAL NOS TRIBUNAIS
SUPERIORES

Ana Paula Saunders / Ana Luiza Carmo 139

CAPÍTULO 12

O CONCEITO DE RENDA, SEGUNDO GILBERTO DE
ULHÔA CANTO, E A LEGITIMAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO
PELO IR E CSLL DE SUPOSTOS GANHOS DECORRENTES
DO HAIRCUT PROMOVIDO POR UMA EMPRESA EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL

André Gomes de Oliveira 149

CAPÍTULO 13

TAXAS DE FISCALIZAÇÃO E DESPROPORCIONALIDADE NA
ARRECADAÇÃO: ANÁLISE DA ADI/MC N. 5.374/PA E DA
ADI N. 6.211/AP

André Mendes Moreira / César Vale Estanislau 159

<p>CAPÍTULO 14</p> <p>AS INOVAÇÕES DA LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA EM RELAÇÃO ÀS AUTORIDADES FISCAIS E À PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL: O RESPEITO À JURISPRUDÊNCIA</p> <p><i>Andrea Bazzo Lauletta / Ariane Costa Guimarães</i></p>	173
<p>CAPÍTULO 15</p> <p>AS SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO E OS REFLEXOS TRIBUTÁRIOS NO JULGAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E NAS CORTES JUDICIAIS BRASILEIRAS, EM FACE DAS MODIFICAÇÕES INTRODUZIDAS PELA EDIÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 160/2017</p> <p><i>Andréa Duek Simantob</i></p>	185
<p>CAPÍTULO 16</p> <p>A DESCONSIDERAÇÃO DE ATOS JURÍDICOS PARA EFEITOS TRIBUTÁRIOS</p> <p><i>Antonio Corrêa Meyer / Raquel Novais</i></p>	197
<p>CAPÍTULO 17</p> <p>DO ENCARGO DE 20% NA COBRANÇA JUDICIAL DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO - ANÁLISE DE PRECEDENTES</p> <p><i>Auta Alves Cardoso</i></p>	219
<p>CAPÍTULO 18</p> <p>JURISPRUDÊNCIA: GARANTIA DE SEGURANÇA JURÍDICA</p> <p><i>Benedito Gonçalves</i></p>	227
<p>CAPÍTULO 19</p> <p>ATIVISMO X GARANTISMO JUDICIAL EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA - LIMITES E POSSIBILIDADES</p> <p><i>Betina Treiger Grupenmacher</i></p>	241
<p>CAPÍTULO 20</p> <p>SEGURANÇA JURÍDICA E AS DECISÕES PROFERIDAS NO REGIME DOS RECURSOS REPETITIVOS. ANÁLISE DO PRECEDENTE SOBRE A POSSIBILIDADE DE CONTROLE JUDICIAL DAS COMPENSAÇÕES ADMINISTRATIVAS EM SEDE DE EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL</p> <p><i>Bianca Xavier</i></p>	263

CAPÍTULO 21	
SEGURANÇA JURÍDICA: TEORIA DOS PRECEDENTES E OS TRIBUNAIS BRASILEIROS	
<i>Carlos Adolfo Teixeira Duarte</i>	273
CAPÍTULO 22	
O PRINCÍPIO PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF - JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS	
<i>Carlos Alberto Alvabydo de Ulhôa Canto / Christian Clarke de Ulhôa Canto</i>	287
CAPÍTULO 23	
O DIREITO E A CONTABILIDADE	
<i>Carlos Augusto da Silveira Lobo</i>	299
CAPÍTULO 24	
A SOLUÇÃO DE UMA DEMANDA À DEMANDA DE UMA SOLUÇÃO - O ICMS SOBRE A DEMANDA CONTRATADA DE ENERGIA ELÉTRICA E OS PROBLEMAS DE UMA JURISPRUDÊNCIA “APARENTEMENTE” PACÍFICA	
<i>Carlos Henrique Tranjan Bechara / João Rafael L. Gândara de Carvalho ..</i>	311
CAPÍTULO 25	
ICMS EM OPERAÇÃO INTERESTADUAL. DIFERENÇA DE ALÍQUOTA. CONVÊNIO Nº 93/2015: INCONSTITUCIONALIDADE	
<i>Carlos Mário da Silva Velloso</i>	329
CAPÍTULO 26	
SERÁ QUE O JULGAMENTO DO TEMA 520 DO STF TRARÁ A ALMEJADA SEGURANÇA JURÍDICA QUANTO À DEFINIÇÃO DO FATO GERADOR DO ICMS?	
<i>Catarina de Lima e Silva Borzino</i>	345
CAPÍTULO 27	
IOF SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PRECEDENTE DO STF: O IMPOSTO AINDA PODE SER CONSIDERADO UM TRIBUTOS COM CARÁTER EXTRAFISCAL?	
<i>Catarina Rodrigues</i>	355

CAPÍTULO 28

MANIFESTACIONES ACTUALES DE LA SEGURIDAD
JURÍDICA TRIBUTARIA**César García Novoa** 361

CAPÍTULO 29

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DOS
ADMINISTRADORES - A INTERPRETAÇÃO DOS
TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE O ART. 135, INC. III
DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL - CTN**Condorcet Pereira de Rezende / Guilherme Rocha Murgel de Rezende /
Yuri Alves Magalhães** 385

CAPÍTULO 30

EU STATE AID AND THE PROTECTION OF LEGITIMATE
TAXPAYER EXPECTATIONS TIME TO REVISIT?**Dali Bouzora** 397

CAPÍTULO 31

OS CRITÉRIOS DEFINIDORES DO CONCEITO DE
INSUMO, MATERIAL INTERMEDIÁRIO E BENS
DESTINADOS AO IMOBILIZADO PARA FINS DE
APROPRIAÇÃO DE CRÉDITO DE ICMS: UMA
ABORDAGEM À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA
ATUAL DO STF E STJ.**Daniel Dix Carneiro / Michele Viegas Machado** 415

CAPÍTULO 32

TEMAS TRIBUTÁRIOS EMBLEMÁTICOS E A
INSTABILIDADE DA RECENTE JURISPRUDÊNCIA
DO STJ: O INDÉBITO TRIBUTÁRIO NO MANDADO
DE SEGURANÇA E A TRIBUTAÇÃO DAS DESPESAS
COM CAPATAZIA**Daniella Zagari Gonçalves / Carolina Borges de Amorim Ribeiro** 441

CAPÍTULO 33

AS CONTRIBUIÇÕES DE TERCEIROS E A EMENDA
CONSTITUCIONAL Nº 33/2001: UMA ANÁLISE
À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL**Diogo Ferraz Lemos Tavares / Luciano Gomes Filippo** 457

<p>CAPÍTULO 34 A COBRANÇA DO IRRF NOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ORIUNDOS DO EXTERIOR SEM TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E AS DECISÕES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA <i>Doris Canen</i></p>	473
<p>CAPÍTULO 35 O DESAFIO DA HARMONIA DE JULGAMENTOS TRIBUTÁRIOS REPETITIVOS <i>Douglas Mota / Priscila Faricelli de Mendonça</i></p>	491
<p>CAPÍTULO 36 NOTÍCIAS DO BRASIL <i>Eduardo Maneira</i></p>	499
<p>CAPÍTULO 37 RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DOS MARKETPLACES À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES <i>Eduardo Barboza Muniz / Rodrigo Caserta</i></p>	513
<p>CAPÍTULO 38 ICMS E A PSV 69: INSEGURANÇA DO PRONUNCIAMENTO DO STF <i>Edvaldo Brito</i></p>	523
<p>CAPÍTULO 39 OS PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS E SUA APLICAÇÃO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA <i>Elidie Palma Bifano / Letícia Marques Netto</i></p>	535
<p>CAPÍTULO 40 O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE NO DIREITO TRIBUTÁRIO E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL <i>Ernesto Johannes Trouw</i></p>	549
<p>CAPÍTULO 41 BREVES REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO <i>Everardo Maciel</i></p>	563

CAPÍTULO 42	
TRATADO BRASIL-SUÉCIA PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO SOBRE A RENDA: REXT 460320/PR	
<i>Fabio Artigas Grillo</i>	581
CAPÍTULO 43	
O IMPORTANTE PRECEDENTE DA NÃO INCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DA COFINS E DO PIS: O DIREITO TRIBUTÁRIO COMO “CONTRIBUINTE” NO PROCESSO CIVILIZATÓRIO DE MAIOR TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE PELO GOVERNO NA GESTÃO DE SEU PASSIVO JUDICIAL.	
<i>Fábio Martins de Andrade</i>	593
CAPÍTULO 44	
REFLEXÕES SOBRE A TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA NO BRASIL E SUA ADERÊNCIA AO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO	
<i>Fernanda Drummond Parisi</i>	605
CAPÍTULO 45	
IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DAS EXPORTAÇÕES VIA TRADING COMPANIES	
<i>Fernando Facury Scaff / Lucas Bevilacqua</i>	623
CAPÍTULO 46	
INTERPRETAÇÃO AMPLA DA NÃO-INCIDÊNCIA DO ISS NA EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS E A IRRELEVÂNCIA DO LOCAL DE RESIDÊNCIA DO TOMADOR	
<i>Fernando Osorio</i>	633
CAPÍTULO 47	
JURISPRUDÊNCIA DA CRISE E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O INTÉPRETE	
<i>Flávia Romano de Rezende</i>	643
CAPÍTULO 48	
A SUSPENSÃO DE EXIGIBILIDADE E A COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO NO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	
<i>Flávio Couto Bernardes / Vinícius Simões Borges Espinheira Fonseca</i>	653

<p>CAPÍTULO 49 REGIME TRIBUTÁRIO DO DOADOR FILANTRÓPICO: REPENSANDO A FILANTROPIA SOB UMA ÓTICA FISCAL <i>Francisco Antunes Maciel Müssnich / Hermano A. C. Notaroberto Barbosa...</i></p>	669
<p>CAPÍTULO 50 A TRIBUTAÇÃO DOS ROYALTIES EM CONTRATOS CELEBRADOS ENTRE RESIDENTES NO PAÍS <i>Gabriel Leonardos</i></p>	685
<p>CAPÍTULO 51 IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DAS INSTITUIÇÕES BENEFICENTES <i>Gilberto Fraga / Jandira de Souza Ferreira</i></p>	693
<p>CAPÍTULO 52 O FEDERALISMO FISCAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOB O PRISMA DO JULGAMENTO DA ADO Nº 25 <i>Gilmar Ferreira Mendes</i></p>	707
<p>CAPÍTULO 53 O CONCEITO DE DEVEDOR CONTUMAZ NA PRÁTICA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E A PUNIÇÃO PENAL PELA SIMPLES EXISTÊNCIA DE DÍVIDA FISCAL: RHC/SC 163.334, DESAFIOS LEGISLATIVOS E REFLEXOS TRIBUTÁRIOS <i>Gisele Barra Bossa</i></p>	717
<p>CAPÍTULO 54 LA LEGALIDAD Y LA SEGURIDAD JURÍDICA EN LA JURISPRUDENCIA TRIBUTARIA DE LA CORTE SUPREMA DE JUSTICIA ARGENTINA <i>Guillermo O. Teijeiro</i></p>	735
<p>CAPÍTULO 55 DA EXAUSTIVIDADE DA LISTA DE SERVIÇOS SUJEITA AO ISS <i>Gustavo Baptista Alves / Virginia Araujo Joazeiro Ribeiro</i></p>	753
<p>CAPÍTULO 56 O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E A NECESSIDADE DA SUA REVISÃO <i>Gustavo Brigagão</i></p>	763

<p>CAPÍTULO 57 SEGURANÇA JURÍDICA E PRECEDENTES TRIBUTÁRIOS VINCULANTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES – OS DESAFIOS DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE NA IMPOSIÇÃO DE TRIBUTOS <i>Gustavo Damázio de Noronha / Leandro Daumas Passos</i></p>	773
<p>CAPÍTULO 58 PRECEDENTES DO STF E STJ: UNIFORMIZAÇÃO E SEGURANÇA JURÍDICA HOMENAGEM AO PROFESSOR GILBERTO DE ULHÔA CANTO <i>Gustavo Miguez de Mello</i></p>	789
<p>CAPÍTULO 59 TRIBUTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E SEGURANÇA JURÍDICA NO CONTEXTO DA ECONOMIA 4.0 <i>Hadassab Laís de Sousa Santana</i></p>	797
<p>CAPÍTULO 60 TEORIA DAS CORTES SUPERIORES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA É O QUE GARANTE A SEGURANÇA JURÍDICA <i>Hamilton Dias de Souza / Daniel Corrêa Szelbracikowski</i></p>	807
<p>CAPÍTULO 61 A COISA JULGADA EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL NAS RELAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTINUATIVAS <i>Heleno Taveira Tôrres</i></p>	823
<p>CAPÍTULO 62 COMPARTILHAMENTO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÕES TRIBUTÁRIAS: PERSPECTIVAS DIANTE DA JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL RECENTE <i>Hermano A. C. Notaroberto Barbosa</i></p>	849

GUSTAVO BRIGAGÃO
JUSELDER CORDEIRO DA MATA
(ORGANIZADORES)

TEMAS DE
DIREITO TRIBUTÁRIO

EM HOMENAGEM A
GILBERTO DE ULHÔA CANTO

VOLUME II



Belo Horizonte
2020

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia - Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina - Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Antônio Rodrigues de Freitas Junior	Kiwonghi Bizawu
Bernardo G. B. Nogueira	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Carlos Henrique Soares	Luiz Manoel Gomes Júnior
Claudia Rosane Roesler	Luiz Moreira
Clémerson Merlin Clève	Márcio Luís de Oliveira
David França Ribeiro de Carvalho	Maria de Fátima Freire Sá
Dhenis Cruz Madeira	Mário Lúcio Quintão Soares
Dirceô Torrecillas Ramos	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Edson Ricardo Saleme	Nelson Rosenvald
Eliane M. Octaviano Martins	Renato Caram
Emerson Garcia	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Rodolfo Viana Pereira
Floribal de Souza Del'Olmo	Rodrigo Almeida Magalhães
Frederico Barbosa Gomes	Rogério Filippetto de Oliveira
Gilberto Bercovici	Rubens Beçak
Gregório Assagra de Almeida	Sergio André Rocha
Gustavo Corgosinho	Sidney Guerra
Gustavo Silveira Siqueira	Vladmir Oliveira da Silveira
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Wagner Menezes
Janaina Rigo Santin	William Eduardo Freire
Jean Carlos Fernandes	

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprodutivos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2020.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho

Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva

Revisão: Responsabilidade do Autor

341.39 Temas de direito tributário: em homenagem a
T278 Gilberto de Ulhôa Canto – v.2 / [Organizado por]
2020 Gustavo Brigagão [e] Juselder Cordeiro da Mata.
v.2 Belo Horizonte: Arraes Editores, 2020.
905 p.

ISBN: 978-65-86138-94-8
ISBN: 978-65-86138-95-5 (E-book)
Vários autores.

1. Direito tributário. 2. Direito tributário – Brasil. 3. Tributos – Brasil. 4. Brasil – Código Tributário Nacional. 5. Processos tributários. 6. Tributaçã – Brasil. I. Canto, Gilberto de Ulhôa. II. Brigagão, Gustavo (Org.). III. Mata, Juselder Cordeiro da (Org.). I. Título.

CDDir – 341.39
CDD(23.ed.)– 343.8104

Elaborada por: Fátima Falci
CRB/6-700

MATRIZ

Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 - Bairro Sion
Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000
Tel: (31) 3031-2330

FILIAL

Rua Senador Feijó, 154/cj 64 – Bairro Sé
São Paulo/SP - CEP 01006-000
Tel: (11) 3105-6370

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
2020

SUMÁRIO

CURRÍCULO DOS AUTORES.....	XLVII
CAPÍTULO 1	
REVOGAÇÃO DE NORMA ISENTIVA E ANTERIORIDADE: O CONTRIBUTO DE GILBERTO DE ULHÔA CANTO	
<i>Hugo de Brito Machado Segundo</i>	1
CAPÍTULO 2	
A CFEM NA CONSTITUIÇÃO: NATUREZA, ASPECTO MATERIAL DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E BASE DE CÁLCULO	
<i>Humberto Ávila</i>	9
CAPÍTULO 3	
A IMPORTÂNCIA DOS PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA A ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM MATÉRIA DE DIREITO DISCIPLINAR	
<i>Humberto Martins</i>	25
CAPÍTULO 4	
GUC, O PROCESSO TRIBUTÁRIO E O TEMPO	
<i>Ian de Porto Alegre Muniz / Flávio El-Amme Paranhos</i>	37
CAPÍTULO 5	
O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NA VISÃO DO STF: NOTAS SOBRE OS VOTOS JÁ PROFERIDOS NA ADI nº 2.446	
<i>Igor Mauler Santiago</i>	53

CAPÍTULO 6

ADI 2028 NECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR
PARA REGULAR A IMUNIDADE DO §7º DO
ART. 195 DA CF.

Ives Gandra Da Silva Martins / Fátima Fernandes Rodrigues de Souza 59

CAPÍTULO 7

A POLÊMICA DA EXIGÊNCIA DO ICMS SOBRE A
DEMANDA DE POTÊNCIA - TESE FIXADA PELO STF
NO TEMA 176 E POR SÚMULA DO STJ. INCERTEZAS
E INCONSISTÊNCIAS NUM ESTADO DE DIREITO?

João Dácio Rolim / Luciana Goulart Ferreira 71

CAPÍTULO 8

A INFLUÊNCIA DE GILBERTO DE ULHÔA CANTO
NA DELIMITAÇÃO DO CONCEITO DE RENDA E A
JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
SOBRE O DO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DOS
LUCROS AUFERIDOS POR SOCIEDADES
INVESTIDAS NO EXTERIOR

João Francisco Bianco / Ramon Tomazela Santos 81

CAPÍTULO 9

HIPÓTESES RESTRITIVAS PARA REVISÃO DE
LANÇAMENTO ANTERIOR DE IPTU: ERRO DE FATO,
FRAUDE OU FALTA FUNCIONAL

João Paulo Fanucchi de Almeida Melo 95

CAPÍTULO 10

PRECEDENTES JUDICIAIS E PROCESSOS
ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS: VINCULAÇÃO
MATERIAL E PROCESSUAL ENTRE AS ESFERAS
ADMINISTRATIVA E JUDICIAL

Jonathan Barros Vita 103

CAPÍTULO 11

A SEGURANÇA JURÍDICA E A MODULAÇÃO DE
EFEITOS DE DECISÕES JUDICIAIS EM CONTROLE
DE CONSTITUCIONALIDADE

*Jorge Antonio Deber Rachid /
Eduardo Gabriel de Góes Vieira Ferreira Fogaça* 117

<p>CAPÍTULO 12 JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E OS CONFLITOS DE COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA <i>José Antonio Dias Toffoli / Lucilene Rodrigues Santos</i></p>	131
<p>CAPÍTULO 13 A CENTRALIDADE DO FACTO TRIBUTÁRIO E A SUA LIMITADA CONSIDERAÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA <i>José Casalta Nabais</i></p>	145
<p>CAPÍTULO 14 ICMS - IMPORTAÇÃO. COMPETÊNCIA E SUJEIÇÃO PASSIVA. STF (TEMA 520 DE REPERCUSSÃO GERAL) <i>José Eduardo Soares de Melo</i></p>	161
<p>CAPÍTULO 15 TRIBUNAIS SUPERIORES E A INCERTEZA ECONÔMICA: O CASO DA GUERRA FISCAL DO ICMS <i>José Roberto Afonso / Luciano Felício Fuck / Daniel Corrêa Szelbracikowski ...</i></p>	173
<p>CAPÍTULO 16 DA EXCLUSÃO DO ISSQN DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS <i>Juselder Cordeiro da Mata</i></p>	187
<p>CAPÍTULO 17 CRÉDITO DE IPI NA AQUISIÇÃO DE INSUMOS ISENTOS DA ZONA FRANCA DE MANAUS - A COERÊNCIA DA JURISPRUDÊNCIA DO STF <i>Leo Krakowiak</i></p>	213
<p>CAPÍTULO 18 A EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO AO PIS E DA COFINS - SEGURANÇA JURÍDICA E DESCABIMENTO DE MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO DO STF <i>Leonardo Rzezinski / Humberto Lucas Marini</i></p>	225
<p>CAPÍTULO 19 ART. 74 DA MP 2.158-35/2001 - LUCROS NO EXTERIOR: O JULGAMENTO DO STF SOB A PERSPECTIVA DE ULHÔA CANTO <i>Luciana Rosanova Galbardo / Rafael Marchetti Marcondes</i></p>	239

CAPÍTULO 20	
VIDA E MORTE DA SÚMULA STF 584 - UM PESADELO DE 100 ANOS	
<i>Luciano Amaro</i>	249
CAPÍTULO 21	
FACTORING: IOF e ISS? DESDOBRAMENTOS DA ADIN N° 1.763	
<i>Luís Claudio Gomes Pinto / Antonio Luis Henrique da Silva Junior</i>	263
CAPÍTULO 22	
A TRIBUTAÇÃO DE 'INVESTIMENTOS FINANCEIROS' E O IRPJ: REVISITANDO O LUCRO INFLACIONÁRIO	
<i>Luís Eduardo Schoueri / Felipe Melo Amaro</i>	275
CAPÍTULO 23	
A NÃO INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE HERANÇAS E DOAÇÕES RECEBIDAS POR NÃO RESIDENTES	
<i>Luiz Alberto Colonna Rosman / Pedro Webrs do Vale Fernandes</i>	299
CAPÍTULO 24	
O CONCEITO DE INSUMO DEFINIDO PELO STJ NA INCIDÊNCIA DO PIS/COFINS (RE nº 1.221.170/PR)	
<i>Luiz Felipe Centeno Ferraz / Glaucia Lauletta Frascino</i>	313
CAPÍTULO 25	
O FIM DO VOTO DE QUALIDADE E A IMPOSSIBILIDADE DE A FAZENDA NACIONAL INGRESSAR EM JUÍZO PARA ANULAR DECISÕES A ELA DESFAVORÁVEIS PROFERIDAS PELO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS (CARF) E PELA CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS (CSRF)	
<i>Luiz Felipe Gonçalves de Carvalho / Mariana Jataby / Paula Martins Bueno do Prado</i>	323
CAPÍTULO 26	
A (IN)SEGURANÇA JURÍDICA NO CONCEITO CONSTITUCIONAL DE SERVIÇO SUJEITO AO ISS, À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO STF	
<i>Luiz Gustavo A. S. Bichara / Francisco Carlos Rosas Giardina / Guilberme Toste</i>	337

<p>CAPÍTULO 27 A INSEGURANÇA JURÍDICA NACIONAL COMO PATOLOGIA E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (CPC) COMO TRATAMENTO <i>Luiz Henrique Barros de Arruda / André de Lamare Biolchini</i></p>	347
<p>CAPÍTULO 28 STF ESTABELECE PARA QUAL ESTADO O ICMS DEVIDO NA IMPORTAÇÃO DEVE SER PAGO <i>Luiz Roberto Peroba / William Roberto Crestani</i></p>	359
<p>CAPÍTULO 29 OS EFEITOS DA INADIMPLÊNCIA NA TRIBUTAÇÃO INDIRETA. ANÁLISE A PARTIR DOS REGIMES TRIBUTÁRIOS E DA JURISPRUDENCIA NO BRASIL E NA EUROPA <i>Marcos André Vinhas Catão / Jose Almudi Cid</i></p>	369
<p>CAPÍTULO 30 ECONOMIA DIGITAL E TAX DESIGN <i>Marcos Cintra</i></p>	375
<p>CAPÍTULO 31 A SEGURANÇA JURÍDICA COMO INTERESSE PÚBLICO: O IRDR, A SUSPENSÃO NACIONAL DOS PROCESSOS E A MODULAÇÃO DE EFEITOS COMO MECANISMOS PARA SUA INSTRUMENTALIZAÇÃO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA <i>Marcus Lívio Gomes / Nina Pencak</i></p>	393
<p>CAPÍTULO 32 A (IN)SEGURANÇA JURÍDICA NOS TRIBUNAIS SUPERIORES: UMA SINGELA HOMENAGEM PÓSTUMA AO “ARTESÃO DO DIREITO” <i>Marta Neves</i></p>	405
<p>CAPÍTULO 33 MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS (ART. 139, IV, DO CPC), O DIREITO TRIBUTÁRIO E A JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES <i>Mary Elbe Queiroz / Antonio Carlos F. de Souza Júnior</i></p>	411

<p>CAPÍTULO 34 CONCEITO DE SERVIÇOS PARA FINS DE INCIDÊNCIA DE ISS - ALTERAÇÃO DO ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL AO ANALISAR A INCIDÊNCIA DESSE TRIBUTOS SOBRE OPERAÇÕES DE PLANOS DE SAÚDE <i>Maurício Pereira Faro / Thais de Barros Meira</i></p>	425
<p>CAPÍTULO 35 SEGURANÇA JURÍDICA E CAPATAZIA - JULGAMENTO DO RESP 1.799.306/RS <i>Micaela Dominguez Dutra</i></p>	437
<p>CAPÍTULO 36 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO, A ADI 2446 E A CONSTITUCIONALIDADE DA NORMA GERAL ANTIEVASIVA NO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL <i>Misabel Abreu Machado Derzi / Valter Lobato</i></p>	449
<p>CAPÍTULO 37 LA SEGURIDAD JURÍDICA COMO GARANTIA Y LÍMITE EN EL AVANCE INFUNDADO DE LA INTERPRETACIÓN ECONÓMICA <i>Pablo Sergio Varela</i></p>	475
<p>CAPÍTULO 38 A CAUSA DAS CONTRIBUIÇÕES E O JULGAMENTO DO RE 878.313 (CONTRIBUIÇÃO SOBRE A DISPENSA SEM JUSTA CAUSA) <i>Paulo Ayres Barreto</i></p>	487
<p>CAPÍTULO 39 REPETIÇÃO DE INDÉBITO DE ICMS: LEGITIMIDADE AD CAUSAM <i>Paulo Caliendo</i></p>	499
<p>CAPÍTULO 40 CFEM: A NECESSÁRIA GARANTIA DA SEGURANÇA JURÍDICA POR MEIO DOS FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS <i>Paulo Roberto Coimbra Silva / Onofre Alves Batista Júnior</i></p>	527

<p>CAPÍTULO 41 DELEGAÇÕES LEGISLATIVAS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: DAS SOLUÇÕES TRADICIONAIS DE ANTINOMIAS NORMATIVOS À ABERTURA PELO “DIÁLOGO DE FONTES” ENTRE A LEI E O REGULAMENTO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL <i>Paulo Rosenblatt / Fábio Fraga</i></p>	541
<p>CAPÍTULO 42 PIS E COFINS SOBRE RECEITAS ORIUNDAS DE “VENDAS INTERNAS” NA ZONA FRANCA DE MANAUS - EVOLUÇÃO LEGISLATIVA E JURISPRUDENCIAL - CONSOLIDAÇÃO DAS TESES DE ISENÇÃO SUSTENTADAS PELOS CONTRIBUINTES <i>Pedro Vianna de Ulhôa Canto / Bruno Giembinsky Curvello</i></p>	561
<p>CAPÍTULO 43 A JURISPRUDÊNCIA DO STJ SOBRE A SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA DO ART. 124 DO CTN EM RELAÇÃO AOS GRUPOS ECONÔMICOS <i>Rafael Frattari / Vinícius Augustus de Vasconcelos Rezende Alves</i></p>	575
<p>CAPÍTULO 44 INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A REMUNERAÇÃO ADVINDA DO DIREITO DE ARENA A ATLETAS PROFISSIONAIS <i>Regina Helena Costa</i></p>	591
<p>CAPÍTULO 45 HARMONIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS ESTADUAIS ADMINISTRATIVOS E DOS TRIBUNAIS SUPERIORES <i>Renata Correia Cubas / Ariane Costa Guimarães</i></p>	599
<p>CAPÍTULO 46 A PROMOÇÃO DA CULTURA PELAS IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS <i>Reynaldo Soares da Fonseca / Rafael Campos Soares da Fonseca</i></p>	613
<p>CAPÍTULO 47 OBITER DICTA E PROTAGONISMO JUDICIAL: EM BUSCA DE CRITÉRIOS E LIMITES NA PÓS-MODERNIDADE <i>Ricardo Almeida Ribeiro da Silva</i></p>	621

<p>CAPÍTULO 48 A CIRCULAÇÃO ECONÔMICA DA MERCADORIA COMO FATO GERADOR DO ICMS <i>Ricardo Lodi Ribeiro</i></p>	641
<p>CAPÍTULO 49 ESTRUTURA DAS NORMAS JURÍDICAS E ESTRUTURA DO ESTADO DE DIREITO <i>Ricardo Mariz de Oliveira</i></p>	649
<p>CAPÍTULO 50 O FATO GERADOR DO IMPOSTO DE RENDA NA FONTE SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR RESIDENTES NO EXTERIOR <i>Roberto Duque Estrada / Gabriel Bez-Batti</i></p>	663
<p>CAPÍTULO 51 REFLEXÕES SOBRE AS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA O EXEMPLO DA ADI Nº 2.588 <i>Rodrigo Brunelli Machado / Guilberme Kluck Gomes</i>.....</p>	677
<p>CAPÍTULO 52 O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O CONCEITO DE SERVIÇO TRIBUTÁVEL PELO ISSQN <i>Rodrigo Damázio de Miranda Ferreira / Lyvia de Moura Amaral Serpa</i>.....</p>	687
<p>CAPÍTULO 53 CRÉDITOS DE IPI NA AQUISIÇÃO DE INSUMOS PROVENIENTES DA ZFM: SEGURANÇA JURÍDICA E IMPLICAÇÕES DA DECISÃO DO STF <i>Ronaldo Camargo Veirano / Marco Antonio M. Monteiro</i></p>	701
<p>CAPÍTULO 54 O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA E A IMPOSSIBILIDADE DE MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO EXPENDIDA NO RE 574.706-PR] <i>Roque Antonio Carrazza /Elizabetb Nazar Carrazza</i></p>	715

<p>CAPÍTULO 55 ASPECTOS CONTROVERTIDOS DA IMUNIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS: A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL <i>Rubem Tadeu Cordeiro Perlingeiro / Patrícia Saturnino Braga Kasiarz / Agatha Accorsi Voss</i>.....</p>	737
<p>CAPÍTULO 56 AS AÇÕES RESCISÓRIAS ENVOLVENDO MATÉRIA CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIA <i>Sacha Calmon Navarro Coêlbo</i>.....</p>	751
<p>CAPÍTULO 57 O JULGAMENTO DO “CASO VOLVO” PELO STF E O ARTIGO 98 DO CTN <i>Sergio André Rocha</i></p>	777
<p>CAPÍTULO 58 A DEFINIÇÃO DE TRIBUTO E OS CONFLITOS NA APLICAÇÃO DOS TRATADOS PARA EVITAR DUPLA TRIBUTAÇÃO <i>Tácio Lacerda Gama</i>.....</p>	797
<p>CAPÍTULO 59 CRIMINALIZAÇÃO DO NÃO-PAGAMENTO DE ICMS DECLARADO E A FLEXIBILIZAÇÃO DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS-PENAIIS <i>Técio Lins e Silva / Ronny Peterson Nunes</i>.....</p>	815
<p>CAPÍTULO 60 REINTEGRA: NATUREZA JURÍDICA EM DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL <i>Tercio Sampaio Ferraz Junior</i>.....</p>	829